



**Relato da reunião extraordinária
e ampliada do CD EPSJV
08 de março de 2021**

PAUTA

Processo Eleitoral

A Direção informou que as unidades da Fiocruz devem publicar, até 26 de março de 2021, os editais para as eleições de novos diretores das unidades. A Presidência da Fiocruz produziu um documento com diretrizes para a construção dos regimentos eleitorais das unidades. Após os debates internos, as unidades devem enviar à Presidência suas contribuições ao documento para serem debatidas na reunião do CD Fiocruz do dia 11 de março.

A Direção abriu o debate para que laboratórios e setores indicassem suas contribuições após as discussões nos colegiados.

A coordenadora do Lic-Provoc disse que seu laboratório definiu como indicativo que as diretrizes fossem seguidas por todas as unidades para que houvesse padronização nos regimentos eleitorais. Ela disse também que o Lic-Provoc entende que é praxe nas eleições da Fiocruz a não participação dos trabalhadores terceirizados, mas que deveria ser considerado o quanto isso afeta a legitimidade democrática da Fiocruz, mesmo entendendo as dificuldades de se fazer essa mudança.

A coordenadora do Laborat disse que seu laboratório questionou o fato de se manter, no contexto atual, a possibilidade de pessoas que não integram o quadro de funcionários da Fiocruz serem candidatas à Direção de unidades, pois eles avaliam que isso é uma vulnerabilidade para a instituição. A Direção observou que essa questão faz parte do Estatuto da Fiocruz e não pode ser modificada.

A coordenadora do Lateps sugeriu que fosse discutida no CD Fiocruz a questão do "peso" dos votos dos estudantes para que, em todas as unidades que têm essa possibilidade, como é o caso da EPSJV, seja atribuído o mesmo "peso" aos votos dos alunos. Ela também perguntou sobre a exigência de que a comissão eleitoral das unidades seja formada apenas por servidores e lembrou que, na EPSJV, o grêmio estudantil sempre integrou a comissão.

A Direção disse que o objetivo da Presidência é que todos os regimentos eleitorais de unidades estejam em conformidade com o Estatuto da Fiocruz e com todas as questões legais. Em seguida, a Direção solicitou que o CD EPSJV apreciasse, ponto a ponto, algumas questões já apontadas pelos conselheiros para definir as contribuições da Escola ao documento das diretrizes.

O CD EPSJV concordou que as diretrizes definidas pela Presidência devem ser seguidas por todas as unidades da Fiocruz.

Sobre a questão do direito ao voto para os terceirizados, a coordenadora do Lateps e a Direção lembraram que essa é uma questão estatutária da Fiocruz e que há

muita diversidade entre as unidades em relação aos terceirizados, o que pode modificar o processo eleitoral da instituição.

A coordenadora do Lic-Provoc disse que entende as dificuldades em alterar essa regra, mas defendeu que a EPSJV fizesse a marcação política da questão. Ela disse que, no entendimento de seu laboratório, é uma incoerência o terceirizado poder ser eleito, mas não poder votar.

O vice-diretor de Gestão e a Direção defenderam que essa questão seja tratada no Congresso Interno da Fiocruz e não durante o processo eleitoral, destacando a importância dos terceirizados para a instituição.

Por fim, o CD EPSJV definiu que a discussão sobre a possibilidade de votação dos terceirizados seja feita durante o processo eleitoral e também no Congresso Interno da Fiocruz.

Sobre a questão de permitir que pessoas de fora do quadro de funcionários da Fiocruz sejam candidatos, a coordenadora do Lateps disse que essa questão está no Estatuto da Fiocruz, mas sugeriu que fosse feita uma pesquisa em outras instituições públicas sobre o assunto para levar uma posição mais embasada legalmente ao CD Fiocruz.

O vice-diretor de Ensino disse que a possibilidade de candidatos externos permite a construção de processos democráticos a partir de processos externos. E que, mesmo que, eventualmente, isso possa trazer alguns problemas, é bom do ponto de vista de abertura das possibilidades democráticas nas unidades.

A coordenadora do Laborat disse que concorda que é preciso ter mais clareza para levar essa questão ao CD Fiocruz, mas defendeu que ela deve ser apontada para tentar evitar problemas para a instituição na conjuntura atual.

A Direção disse que vai pesquisar sobre como funciona essa questão em outras instituições públicas para levar os argumentos ao CD Fiocruz, ponderando as questões políticas e as questões legais.

Sobre a questão do "peso" do voto dos estudantes, a Direção disse que vai defender que o CD Fiocruz atribua o mesmo "peso" para os votos de alunos em todas as unidades da Fiocruz.

Em relação à comissão eleitoral, a Direção vai levar ao CD Fiocruz a experiência da EPSJV que, historicamente, forma a comissão com a participação não apenas de servidores, mas também de terceirizados e estudantes.

A Direção informou que, até o momento, já havia a confirmação de quatro servidores para compor a Comissão Eleitoral da EPSJV – Cristiane Sendim (presidente), Sérgio Munck (vice-presidente), Rafael Bilio (secretário executivo) e Luis Américo (membro). A Direção ainda estava em busca de mais um integrante para compor o grupo e disse que, assim que tivesse, encaminharia o nome para aprovação do CD EPSJV.

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, a composição da Comissão Eleitoral da EPSJV.

Demandas prioritárias

A Direção lembrou as deliberações da última reunião do CD EPSJV sobre a retomada de atividades presenciais de Ensino e a portaria da Presidência da Fiocruz sobre o assunto. Lembrou também que, desde o segundo semestre de 2020, em diversos fóruns da Escola, a questão vem sendo amplamente debatida.

A Direção destacou que reconhece a instabilidade do cenário epidemiológico, mas que é preciso haver o planejamento institucional para a retomada das atividades de Ensino presenciais nos casos considerados essenciais para a conclusão da formação dos estudantes.

Para subsidiar esse planejamento, a Direção solicitou ao GT do Plano de Retomada da EPSJV que elaborasse um documento com parâmetros para o retorno das atividades presenciais. Assim que estiver concluído, esse documento será encaminhado para discussão nos laboratórios e setores e, na próxima reunião do CD EPSJV, será feita a deliberação final sobre o documento, a partir das contribuições recebidas da comunidade escolar.

A Direção explicou que, a partir da aprovação do documento pelo CD EPSJV, as coordenações dos cursos terão autonomia para tomar suas decisões sobre atividades presenciais, seguindo os parâmetros estabelecidos no documento.

A chefe de gabinete e coordenadora do GT do Plano de Retorno explicou que o documento que será encaminhado aos laboratórios e setores teve sua versão inicial elaborada pela coordenadora da Cogetes e foi encaminhado também para o GT da Fiocruz sobre o tema. Agora, o GT do Plano de Retorno da EPSJV elaborará uma versão final para apreciação do CD EPSJV. Ela destacou que com a aprovação do documento, não haverá necessidade de o CD EPSJV ter que deliberar, caso a caso, sobre a retomada de atividades presenciais de Ensino.

O vice-diretor de Ensino disse que foi informado na Câmara Técnica de Educação da Fiocruz que algumas unidades estão retomando atividades de Ensino, de acordo com os critérios estabelecidos pela Fundação.

A coordenadora do Lic-Provoc disse que o laboratório entende que todas as demandas excepcionais em relação ao Ensino devem partir dos laboratórios, a partir de uma discussão interna das coordenações dos cursos com os colegiados nos quais elas estão inseridas, que devem cancelar as decisões das coordenações, preservando a autonomia dos cursos. Ela defendeu que, apenas depois dessa discussão interna nos colegiados, as demandas cheguem ao CD EPSJV para deliberação.

A coordenadora do Lires disse que o laboratório discutiu internamente a demanda da realização de algumas atividades presenciais para o Curso de Doulas e que concorda com o encaminhamento da Direção sobre a definição de parâmetros globais para balizar as decisões sobre a retomada de atividades presenciais. Ela disse também que concorda com a proposta da coordenadora do Lic-Provoc de que as demandas sejam feitas pelas coordenações, passando por todos os espaços institucionais.

A coordenadora da Cogetes disse que também concorda com o encaminhamento da Direção e pontuou que, nem sempre, as discussões sobre a demanda de retomada de atividades de um curso podem ficar restritas aos laboratórios, pois, algumas vezes, a demanda precisa ser discutida em espaços mais ampliados, como a Cogetes e a CTEI, antes de ser definida, como é o caso dos cursos interlaboratoriais.

A Direção ressaltou que o objetivo é sempre ampliar a discussão o máximo possível, mas que também é preciso agilizar as decisões para aproveitar os momentos de melhora no quadro epidemiológico, pois, algumas vezes, até que a decisão seja tomada, o cenário da epidemia já se alterou, impossibilitando a retomada das atividades pedagógicas presenciais.

A Direção destacou ainda que as demandas já trazidas ao CD EPSJV partiram, inicialmente, das coordenações de cursos.

A coordenadora do Latec disse que não nega a importância e a necessidade das aulas práticas e dos estágios, mas afirmou que as demandas sobre as atividades presenciais para o 4º ano de Análises Clínicas não partiram da coordenação do curso. Ela disse que a solicitação da coordenação era de que fosse feito um planejamento para que, quando houvesse um cenário favorável, esses cursos fossem colocados em situação prioritária para a retomada de atividades presenciais.

A coordenadora do Latec disse que, para a realização das aulas práticas, devem ser mobilizados diversos trabalhadores, pois são necessárias providências para a preparação dos laboratórios; e que, para os estágios, é preciso haver entendimento com as unidades das Fiocruz nas quais os alunos estagiam. Por conta disso, ela disse que essas situações devem ser planejadas com antecedência e precaução.

A coordenadora da Cogetes disse que não tem como ter conhecimento do que foi discutido dentro do Latec, mas sim, do que chega à Cogetes. Ela disse que, em seu entendimento, o que chega à Cogetes por meio da coordenação de um curso teria passado por discussões internas nos laboratórios, por isso, não é possível dizer que não foi solicitado pelo laboratório e, então, é entendido como uma demanda do laboratório. Ela observou ainda que até pode acontecer de a demanda não ser consenso dentro do laboratório, mas dizer que não partiu de lá quando chega à Cogetes não é verdade.

A coordenadora da Cogetes disse ainda que havia sido informada pela coordenação do curso de Análises Clínicas que são necessárias, pelo menos, quatro aulas práticas de Helmintologia para concluir a formação dos alunos do 4º ano e que a coordenação vai encaminhar essa proposta para deliberação.

A coordenadora disse ainda que, nos próximos anos, teremos que conviver com a abertura e fechamento das escolas, por isso, as decisões sobre a retomada de atividades presenciais precisam ser tomadas, mesmo que tenham que ser revogadas depois por causa do cenário epidemiológico, pois, tudo que for possível realizar presencialmente é um ganho para os alunos do ponto de vista pedagógico.

A Direção também destacou que a abertura e fechamento das escolas será uma realidade nos próximos anos e que é preciso ter agilidade nas decisões, aproveitando as brechas da pandemia para oferecer atividades pedagógicas presenciais.

Maria Luiza Seabra (aluna do 4º anos de Análises Clínicas) disse que o CD EPSJV está discutindo há muitos meses o assunto, mas que a discussão não caminha para uma solução sobre a questão das aulas práticas e dos estágios. Ela disse que entende a complexidade do assunto, mas que a decisão sobre ele envolve a vida de todos os estudantes que estão concluindo o curso sem perspectiva de conseguir um emprego, por não terem a formação completa.

A estudante disse que toda a turma do 4º ano está ansiosa pela decisão do CD EPSJV e propôs que seja feito um esclarecimento aos alunos sobre os critérios que estão sendo considerados para essa decisão.

A coordenadora do Lic-Provoc disse que o sentimento de angústia diante da pandemia é de todos e que é preciso ter clareza sobre as responsabilidades que estão em jogos nas decisões da Escola. Ela disse que os desgastes trazidos pela demora no posicionamento da EPSJV podem ser produtivos e que refletem a responsabilidade da Escola.

O vice-diretor de Ensino também falou sobre as incertezas deste momento de pandemia, mas que essas incertezas precisam ser contornadas para o funcionamento escolar nos próximos anos. Disse ainda que as demandas trazidas pelo Ensino passam por um processo coletivo de discussão e que a EPSJV está se planejando para o retorno com cuidado e respeito à vida de todos.

Ele destacou também que, até agora, o CD EPSJV está tratando apenas do retorno de algumas atividades presenciais, em caráter emergencial, para atender demandas pedagógicas, e não do retorno de todas as atividades presenciais da Escola.

O vice-diretor de Ensino disse ainda que, boa parte das pessoas já retomou muitas de suas atividades presenciais e que nem todos continuam mantendo o isolamento social, mas que, continuam avaliando que não é possível apoiar um grupo reduzido de estudantes que precisam dessas atividades e continuam dizendo que a escola é um risco. Ele pediu que o CD EPSJV refletisse sobre isso.

A coordenadora do Latec disse à Maria Luiza que, como sua professora, também se sente angustiada, mas disse que, mesmo após a formatura da turma, os professores do laboratório estarão à disposição dos alunos para, assim que for possível, ministrarem as aulas práticas. Ela disse que a intenção não é prejudicar os alunos, mas sim, protegê-los neste momento da pandemia e que tudo está sendo planejado para que o retorno aconteça o mais breve possível.

A Direção ressaltou que nada seria definido naquela reunião, pois, primeiro, atendendo à solicitação do próprio CD EPSJV, seria elaborado o documento com os parâmetros para o retorno para ser discutido pelos conselheiros e seus respectivos laboratórios.

A coordenadora do Laborat disse que, em seu laboratório, a maioria das pessoas permanece em isolamento social e não estão por aí realizando atividades de diversas naturezas, como dito pelo vice-diretor de Ensino.

Rosa Neves (Lic-Provoc) disse que o fato de ter que tomar decisões difíceis em momentos delicados traz a necessidade de construir consensos com responsabilidade. Ela também pediu esclarecimentos sobre os encaminhamentos a partir de agora em relação às atividades excepcionais do Ensino e qual seria o material usado para subsidiar as discussões.

Ela questionou se, como faltam apenas quatro aulas práticas, se não seria possível concluir a formação dos estudantes mesmo sem essas aulas, para que eles recebam seus diplomas, e, após a formatura, tenham essas aulas ministradas.

A coordenadora do Lateps lembrou que é importante observar as questões legais em relação à formatura dos estudantes. Ela disse que os estudantes do ensino médio, após sua formatura, estão aptos a darem prosseguimento aos estudos no nível superior e também ao exercício profissional, no caso do curso técnico.

Portanto, em seu entendimento, não é possível haver formatura sem o cumprimento da legislação que estabelece os mínimos padrões curriculares necessários para a formação dos estudantes.

A coordenadora disse que é importante observar a legislação para que o CD EPSJV não legitime uma questão que pode se tornar inviável diante das responsabilidades legais da Escola.

A coordenadora da Cogetes disse que as questões levantadas pela coordenadora do Lateps são importantes, mas lembrou que a Escola está respaldada pela Portaria 1096, do MEC, que estabelece diretrizes para estágios e atividades práticas no contexto da pandemia de Covid-19, portanto, a EPSJV não estaria incorrendo em nenhuma ilegalidade. Mas ela acrescentou que, mesmo não sendo ilegal, é preciso ressaltar que pode haver prejuízos pedagógicos aos estudantes, por isso, a discussão deve ser feita.

A Direção reafirmou que todos os encaminhamentos sobre as demandas emergenciais são feitos pelos laboratórios, seguindo os fluxos institucionais. E, ressaltou, mais uma vez, que os fluxos de decisões precisam ser agilizados porque a questão da abertura e fechamento das escolas vai ser uma realidade nos próximos anos e é preciso agilidade para os momentos em que o cenário epidemiológico for favorável.

INFORMES

Formação de ACS

O vice-diretor de Ensino e a Direção participaram de uma reunião sobre o Programa Saúde com Agente, do Ministério da Saúde, para a formação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Também participaram da reunião, Mariana Nogueira e Cristina Morel, do Laborat, que integram a coordenação do CTACS na EPSJV.

No encontro, foram discutidos os problemas e limites do programa e, como desdobramento, foi definida a continuidade das ações no interior da RET-SUS e também a divulgação de um manifesto, a ser encaminhado ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), com o posicionamento das escolas da RET-SUS em relação ao programa do governo federal.

Cooperação Internacional

A EPSJV recebeu, em janeiro de 2021, a Carta de Redesignação como Centro Colaborador da OMS para a Educação de Técnicos em Saúde, para o período 2020-2024.

Nova rede

Foi formalizada, no dia 4 de março de 2021, a criação da Rede Ibero-Americana de Educação de Técnicos em Saúde (RIETS), uma sub-rede da RETS e que terá como missão o fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde, com base no pressuposto de que a qualificação dos trabalhadores é uma dimensão fundamental para a implantação de políticas públicas que atendam às necessidades de saúde da população de cada país-membro.

Nota técnica

O Comitê de Saúde da Pessoa Idosa da Fiocruz publicou a nota técnica "Acesso prioritário à vacinação contra a Covid-19 para as pessoas idosas com limitações funcionais e seus cuidadores (as)". Daniel Groisman (Laborat) é um dos autores do documento.

Curso

Foi aprovado na CT de Ensino da EPSJV o plano do curso "Formação de Educadores para o curso Educação Popular e Plantas Mediciniais na Atenção Básica", que terá aulas remotas e é financiado com recursos de uma emenda parlamentar.

Conselheiros Presentes

Adriana Ricão (VDGDI)
Alexandre Moreno (Labman)
Alexandre Pessoa (Lavsa)
Ana Lúcia Soutto Mayor (Lic-Provoc)
Anakeila Stauffer (Direção)
Anamaria Corbo (Direção)
André Dantas (Labform)
Bianca Leandro (Lires)
Camila Borges (Laborat)
Carlos Maurício (VDEI)
Daniel Souza (Labform)
Helifrancis Condé (CCI)
Ingrid D'ávilla (Cogetes) – convidada
José Orbílio (VDGDI)
Marise Ramos (Lateps)
Etelcia Molinaro (Latec)
Raphael Guimarães (Lires)
Raquel Moratori (Labgestão)
Sergio Oliveira (VDPDT)

Participantes Presentes

Aline Coelho
Ana Cristina Reis
Cássia de Carvalho
Cristiane Braga
Elisângela Oliveira
Eliza Pombo
Isabela Cabral
José Mauro
Luiz Maurício Baldacci
Maria Emília Boueri
Maria Luiza Monteiro (aluna)
Martha Sharapin
Páulea Zaquini
Rosa Maria Neves
Sandra Martins
Sérgio Munck
Sheila Hansen
Silvio Valle
Telma Frutuoso
Virgínia Finete